DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
Fl. 113

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20170019
PROCESSO N° 7074639/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Edital e seus Anexos, disponíveis, gratuitamente, nos sítios www.defensoria.ce.def.br/licitacoes e www.licitacoes-e.com.br. **ENVIO DAS PROPOSTAS**: a partir de 08/12/2017 até a abertura do certame através do sítio www.licitacoes-e.com.br. **ABERTURA**: 15/12/2017 às 11:00h – Horário de Brasília/DF.

Defensoria Pública do Estado do Ceará, em Fortaleza, 30 de novembro de 2017.

Nídia de Matos Nunes
Pregoeira

Fortaleza, 20 de novembro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Defensora Pública Geral
DPGE – CE

PORTARIA Nº 3011/2017

AUTORIZAR O AFASTAMENTO DO DEFENSOR(A) PÚBLICO(A), NO CASO QUE ESPECIFICA.
(Proc. nº 8456594/2017)
A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 32, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;
Considerando o disposto no art. 8º, inciso XVIII, da Resolução nº. 72, de 18 de janeiro de 2013;
Considerando o disposto no Art. 12 e Art. 14, da Instrução Normativa nº32, 02 de fevereiro de 2017;
Considerando o interesse público e a importância institucional de participação de Membro da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará no evento nominado.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o afastamento do Subdefensor Público Geral, Leonardo Antônio de Moura Júnior, Entrância Final, Matrícula nº. 301.008-1-6, para representar a Defensora Pública Geral na XI Reunião Ordinária do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE, a realizar-se no dia 11 de dezembro de 2017 na Cidade de Teresina/PI.

Art. 2º Para o cumprimento da designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária com pernoite e 01 (uma) ajuda de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 28 de novembro de 2017.

Mariana Lobo Botelho De Albuquerque
Defensora Pública Geral
DPGE-CE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20170019
PROCESSO N° 7074639/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Edital e seus Anexos, disponíveis, gratuitamente, nos sítios www.defensoria.ce.def.br/licitacoes e www.licitacoes-e.com.br. ENVIO DAS PROPOSTAS: a partir de 08/12/2017 até a abertura do certame através do sítio www.licitacoes-e.com.br. ABERTURA: 15/12/2017 às 11:00h – Horário de Brasília/DF.
Defensoria Pública do Estado do Ceará, em Fortaleza, 30 de novembro de 2017.

Nídia de Matos Nunes
Pregoeira

PORTARIA Nº 2982/2017
A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor RAPHAEL ESTRELA DE CASTRO ALVES, ocupante do cargo de Defensor Público Auxiliar de Entrância Intermediaria, matrícula nº 301.301-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Aracati - CE, no dia 28 de novembro de 2017, a fim de atuar no júri na 1ª Vara da comarca local, concedendo-lhe 01 (uma) ajuda de custo no valor de R$ 238,72 (duzentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos), de acordo com o Parágrafo Único do Art. 10-A da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, bem como nos termos do que dispõem os Art. 10, § 2º e Art. 13, § 7º, da Instrução Normativa nº 32/2017, 02 de fevereiro de 2017 da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 28 de novembro de 2017.
Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 2993 / 2017

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital Força Tarefa nº 01/2017-Tribunal do Júri, de 12 de janeiro de 2017.